

# *Superior Tribunal de Justiça*

**ARE no RE no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.933 - CE  
(2015/0088405-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**AGRAVANTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO  
FEDERAL**  
**ADVOGADOS : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR - DF016275  
DEVAIR DE SOUZA LIMA JUNIOR - DF034157  
BRUNO MATIAS LOPES E OUTRO(S) - DF031490  
FRANCIELE DE SIMAS ESTRELA BORGES - MG141668**  
**AGRAVADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**INTERES. : FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**ADVOGADO : DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE -  
DF001742A**

## **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.  
APELO EXTREMO NÃO ADMITIDO. MANUTENÇÃO  
DA DECISÃO. ENVIO DOS AUTOS AO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL.

## **DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso extraordinário, interposto pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL, contra decisão monocrática desta Vice-Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não admitiu o apelo extremo (fls. 724/727).

Intimada, a agravada ofereceu resposta (fls. 753/761).

Da análise do recurso, verifica-se que a parte agravante não apresentou fundamentos aptos a ensejar a modificação da decisão ora impugnada, não sendo hipótese de retratação.

Encaminhem-se os autos ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 1.042, § 4º, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

**Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
Vice-Presidente